

Utilização de Reserva de Contingência	-	-	-	(37)	-	(37)	- Juros e Variaç. Monetária Não Realizado s/ Financiam.	8.119
Adiantam. p/ Futuro Aum. de Capital	-	178.290	-	-	-	178.290	- Juros e Correções s/ Debêntures	6.375
Aumento de Capital	167.343	(167.343)	-	-	-	-	- Variações Cambiais Não Realizadas	17.893
Subvenções p/ Investimentos	-	-	1	-	-	1	PREJUÍZO OPERACIONAL AJUSTADO	(9.136)
Prejuízo do Exercício	-	-	-	-	-	-	- Variações nos Ativos Circulantes e Não Circulantes	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2007	196.489	72.799	3.561	265	946	2.253	- Aumento em Contas a Receber	(6.406)
Ajuste Inicial Adoção da Lei nº 11.638/07	-	-	-	-	-	-	- Aumento em Adiantamento a Fornecedores	(9.231)
Utilização de Reserva de Contingência	-	-	-	-	(3)	-	- Aumento em Adiantamento a Empregados	(114)
Adiantam. p/ Futuro Aum. De Capital	-	202.256	-	-	-	-	- Aumento em Impostos a Recuperar	(3.480)
Aumento de Capital	119.834	(115.181)	-	-	-	-	- Aumento nos Estoques	(67.931)
Prejuízo do Exercício	-	-	-	-	-	-	- Aumento em Outros Créditos	(1)
Saldo em 31 de Dezembro de 2008	316.323	159.874	3.561	265	943	2.253	- Redução em Depósitos Judiciais	79

DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAC.		NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS:	
Discriminação	2007	1) Contexto operacional - A Cia. tem por objetivo a indústria siderúrgica integrada, bem como a comercialização de ferro gusa, laminados longos de aço, semi-acabados de aços, laminados, trefilados e perfilados de aço, inclusive a exportação de seus produtos; o transporte de cargas rodoviário e aquático (balsa); o florestamento e o reflorestamento e a produção de carvão vegetal para consumo próprio. Constituída em 08.11.1986, em 25.10.2006, a Cia. foi adquirida pela Aço Cearense Industrial Ltda. (ACI), tradicional indústria do segmento metalúrgico, com larga experiência na produção de conformados de aços planos, com qualidade reconhecida em todo território brasileiro. Foi vislumbrando a possibilidade de substituição das importações de aços longos que a ACI decidiu assumir a implantação de uma moderna usina de laminação no Brasil, a partir da usina de produção de gusa já existente na Siderúrgica Norte Brasil S.A. para produção de 400.000 toneladas/ano de aços longos, dotada de aciaria a forno elétrico (ambientalmente correta), lingotamento, laminação e trefilação, para utilização do ferro gusa produzido, juntamente com o reaproveitamento/reciclagem da sucata de aço gerada nas regiões circunvizinhas, também gerando impacto ambiental positivo. O valor total do investimento, para fins de pleno funcionamento, foi estimado US\$ 300.000.000. Os vergalhões e os fios-máquinas que serão produzidos a partir de 2009 terão sua comercialização direcionada à base de clientes de sua controladora Aço Cearense Industrial Ltda., utilizando-se também da sua estrutura de distribuição e experiência no mercado. O início da produção de trefilados está previsto para 2009. Durante o exercício de 2008, a Companhia mudou sua estrutura produtiva, com um incremento significativo no maquinário e na aquisição de matéria-prima para formação de seu estoque, refletindo nos compromissos junto a fornecedores, para atender a produção da Aciaria, que entrou em operação em maio de 2008 e, para atender a produção da laminação iniciada em setembro desse exercício, refletindo no acréscimo das vendas no montante de R\$ 54.046 mil, aproximadamente de 47% e dos créditos junto a clientes, notadamente no mercado interno, novo foco de atuação da Cia. A Administração estima apresentar resultado positivo até o primeiro semestre de 2010.	
ORIGENS DOS RECURSOS		2) Apresentação das demonstrações financeiras - As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil,	
De Acionistas	228.368	as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Companhia adotou pela primeira vez as alterações na legislação societária introduzidas pela Lei nº 11.638 aprovada em 28.12.2007, com as respectivas modificações introduzidas pela Medida Provisória nº 449 de 03.12.2008. A Lei nº 11.638/07 e a Medida Provisória nº 449/08 modificam a Lei nº 6.404/76 em seus aspectos relativos a elaboração e divulgação das demonstrações financeiras. Os ajustes relativos à adoção inicial da Lei nº 11.638/07 e a Medida Provisória nº 449/08 estão detalhados na Nota Explicativa nº 3. A Diretoria da Companhia autorizou a conclusão das presentes demonstrações financeiras em 27.02.2009.	
- Aumento de Capital	167.343	3) Resumo das principais práticas contábeis - 3.1) Adoção inicial da Lei nº 11.638/07 - A Companhia optou por elaborar balanço patrimonial de transição em 1º de janeiro de 2008 que é o ponto de partida da contabilidade de acordo com a legislação societária modificada pela Lei nº 11.638/07 e pela Medida Provisória nº 449/08. As modificações introduzidas pela referida legislação caracterizam-se como mudança de prática contábil, entretanto, conforme facultado pelo Pronunciamento Técnico CPC 13 - Adoção Inicial da Lei nº 11.638/07 e Medida Provisória nº 449/08, aprovado pela Deliberação CVM nº 565 de 17.12.2008, todos os ajustes com impacto no resultado foram efetuados contra lucros e prejuízos acumulados na data de transição nos termos do art. 186 da Lei nº 6.404/76, sem efeitos retrospectivos sobre as demonstrações financeiras. Ajustes da adoção inicial da Lei nº 11.638/07 e Medida Provisória nº 449/08 no Balanço patrimonial na data de transição – 01.01.2008.	
- Adiant. p/ Futuro Aum. De Capital	10.947		
De Terceiros	10.947		
- Incentivo Fiscal de I. R.	1		
- Empréstimo Captado a L/ Prazo	50.077		
APLICAÇÃO DOS RECURSOS			
Nas Operações	236.501		
- Prejuízo no Exercício	16.482		
Itens que Não Afetam o Capital Circul.	16.482		
- Depreciação e Amortização	(2.915)		
- Variaç. Monet. de Passível a L/ Prazo	(5.809)		
Recursos Aplicados nas Operações	7.758		
- Adições no Imobilizados	186.907		
- Adições no Diferido	1.978		
- Aumento do Realizável a Longo Prazo	7.590		
- Redução do Exigível a Longo Prazo	32.217		
- Utilização de Reserva de Contingência	37		
- Ajuste de Exercício Anteriores	14		
Redução do Capital Circ. Líq.	(8.133)		

DEMONST. DAS VARIAÇÕES DO CAPITAL	
Discriminação	2007
Ativo Circulante	26.653
- No Fim do Exercício	71.938
- No Início do Exercício	45.285
Passivo Circulante	34.786
- No Fim do Exercício	59.289
- No Início do Exercício	24.503
Aumento (Red.) do Cap. Circ. Líq.	(8.133)

legislação caracterizam-se como mudança de prática contábil, entretanto, conforme facultado pelo Pronunciamento Técnico CPC 13 - Adoção Inicial da Lei nº 11.638/07 e Medida Provisória nº 449/08, aprovado pela Deliberação CVM nº 565 de 17.12.2008, todos os ajustes com impacto no resultado foram efetuados contra lucros e prejuízos acumulados na data de transição nos termos do art. 186 da Lei nº 6.404/76, sem efeitos retrospectivos sobre as demonstrações financeiras. Ajustes da adoção inicial da Lei nº 11.638/07 e Medida Provisória nº 449/08 no Balanço patrimonial na data de transição – 01.01.2008.

a) Isenção sobre a apresentação de demonstrações contábeis comparativas: As demonstrações financeiras de 2007 foram preparadas nas bases contábeis vigentes no exercício de 2007. A opção constante no CPC 13 de não ajustar as demonstrações financeiras do exercício de 2007 aos padrões contábeis observados no exercício de 2008, foi adotada pela Companhia. **b)** Isenção para apresentação das demonstrações do fluxo de caixa e do valor adicionado sem indicação dos valores correspondentes ao exercício anterior: A Empresa optou por apresentar as demonstrações do fluxo de caixa exclusivamente para o exercício findo em 31 de dezembro de 2008 sem a indicação dos valores correspondentes ao exercício anterior, assim como optou por não mais apresentar as demonstrações das origens e aplicações de recursos dos exercícios encerrados a partir de 1º de janeiro de 2008. Para o exercício de 2007, a Companhia apresentou a demonstração das origens e aplicações de recursos. **c)** Manutenção dos saldos no ativo diferido até sua realização: A Companhia optou por manter os saldos reconhecidos no grupo do ativo diferido até a sua completa amortização, sujeitos análise de recuperação, conforme previsto no CPC 01. **3.2) Ajustes patrimoniais decorrentes da adoção inicial da Lei nº 11.638/07 e Medida Provisória nº 449/08 - a)** Em atendimento ao CPC 07, o valor correspondente a doações e subvenções para investimento, inclusive mediante isenção ou redução de impostos, concedidas como estímulo à implantação ou expansão de empreendimentos econômicos, e às doações, feitas pelo poder público será registrado em conta de resultado. A Companhia não registrou o valor da subvenção decorrentes do incentivo fiscal de Redução do Imposto, referentes ao exercício de 2008 no resultado do exercício, em virtude da companhia ter apresentado prejuízo fiscal. Até o exercício de 2007, os referidos valores eram registrados direto na conta de reserva de capital, no patrimônio líquido. **b)** Em atendimento ao CPC 12, a Companhia realizou estudos para calcular os ajustes a valor presente dos seus ativos e passivos. A Companhia registrou ajuste a valor presente de seus ativos de longo prazo, no montante de R\$ 2.036 (R\$ 2.580 em 2007), não havendo passivos de longo prazo sujeitos aos efeitos de ajuste a valor presente. Para os demais itens tanto do ativo circulante como do passivo circulante, após análise de relevância, o ajuste a valor presente, nos montantes de R\$ 113 e R\$ 2, respectivamente, foi julgado imaterial por parte da Administração, não sendo efetuado seu reconhecimento nas demonstrações financeiras, conforme facultado em legislação específica vigente. **c)** Conforme CPC 01, a Companhia deve efetuar periodicamente, análise sobre a recuperação dos valores registrados no imobilizado, no intangível e no diferido. A Companhia após realização dos referidos testes e análises dos fatores externos e internos, verificou que não há evidência nem indícios de desvalorização dos seus ativos (imobilizado e diferido), razão pela qual nenhuma provisão foi constituída.

3.3) Resumo das principais práticas contábeis - a) Apuração do resultado: O resultado é apurado em conformidade com o regime de competência. As receitas de vendas de produtos são reconhecidas no resultado quando todos os riscos e benefícios inerentes ao produto são transferidos para o comprador. A receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização. **b)** Estimativas contábeis: A elaboração de demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração da Companhia use de julgamentos na determinação e no registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos a estimativas e premissas incluem valor residual do ativo imobilizado, provisão para redução ao valor recuperável, provisão para devedores duvidosos, estoques, mensuração de instrumentos financeiros e provisão para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e as premissas pelo menos anualmente. **c)** Instrumentos financeiros: A Companhia mantém Instrumentos financeiros não-derivativos que são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e posteriormente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método do taxa de juros efetiva, deduzido de eventuais reduções em seu valor recuperável. Instrumentos financeiros não-derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido, para instrumentos que não sejam reconhecidos pelo valor justo através de resultado, quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Posteriormente ao reconhecimento inicial, os instrumentos financeiros não derivativos são mensurados conforme descrito abaixo: *** Instrumentos mantidos até o vencimento** - Se a Companhia tem a intenção positiva e capacidade de manter até o vencimento seus instrumentos de dívida, esses são classificados como mantidos até o vencimento. Investimentos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método do taxa de juros efetiva, deduzido de eventuais reduções em seu valor recuperável. *** Instrumentos disponíveis para venda** - Os investimentos da Companhia em instrumentos de patrimônio e de certos ativos relativos a instrumentos de dívida são classificados como disponíveis para venda. Posteriormente ao reconhecimento inicial, são avaliadas pelo valor justo e as suas flutuações, exceto reduções em seu valor recuperável, e as diferenças em moeda estrangeira destes instrumentos, são reconhecidos diretamente no patrimônio líquido, líquidos dos efeitos tributários. Quando um investimento deixa de ser reconhecido, o ganho ou perda acumulada no patrimônio líquido é transferido para resultado. *** Instrumentos financeiros ao valor justo através do resultado (para negociação)** - Um instrumento é classificado pelo valor justo através do resultado se for mantido para negociação, ou seja, designado como tal quando do reconhecimento inicial. Os instrumentos financeiros são designados pelo valor justo através do resultado se a Companhia gerencia esses investimentos e toma decisões de compra e venda com base em seu valor justo de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco documentado pela Companhia. Após reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos nos resultados quando incorridos. Instrumentos financeiros ao valor justo através do resultado são medidos pelo valor justo, e suas flutuações são reconhecidas no resultado. *** Outros** - Outros instrumentos financeiros não-derivativos são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de taxa de juros efetiva, reduzidos por eventuais reduções no valor recuperável. **d)** Moeda estrangeira: A Administração da Companhia definiu que sua moeda funcional é o real de acordo com as normas descritas no CPC 02 - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis, aprovado pela Deliberação CVM nº 534. Os ativos e passivos monetários em moeda estrangeira foram convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data do fechamento. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos monetários foram reconhecidos na demonstração de resultados. **e)** Ativos circulantes e não circulantes: *** Aplicações financeiras** - Estão registradas pelo valor original acrescido dos rendimentos auferidos até as datas de encerramento das demonstrações financeiras, apurados pelo critério pró-rata, que equivalem aos seus valores de mercado. As aplicações financeiras estão classificadas como disponíveis para negociação (vide Nota Explicativa nº 4). *** Contas a receber de clientes** - As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado, ajustado ao valor presente quando aplicável, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia, menos os impostos retidos na fonte, os quais são considerados créditos tributários. Considerando o histórico de sua carteira de clientes, a Administração julgou não material e, portanto, não foi constituída provisão para crédito de liquidação duvidosa. *** Estoques** - São avaliados com base no custo histórico de aquisição e produção, acrescido de gastos relativos a transportes, armazenagem e impostos não recuperáveis. No caso de produtos acabados o estoque inclui os gastos gerais de fabricação com base na capacidade normal de produção. Os valores de estoques contabilizados não excedem os valores de mercado. *** Imobilizado** - Registrado pelo custo de aquisição, formação ou construção, inclusive juros e demais encargos financeiros capitalizados. A depreciação dos ativos é calculada pelo método linear com base nas taxas mencionadas na Nota Explicativa nº 9 e leva em consideração o tempo de vida útil estimado dos bens com os respectivos valores residuais. Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos desse item do imobilizado. Qualquer outro tipo de gasto é reconhecido no resultado como despesa quando incorrido. *** Arrendamento mercantil financeiro** - Os ativos são reconhecidos pelo valor justo ou pelo valor presente dos pagamentos mínimos previstos em contrato. Os bens reconhecidos como ativos são depreciados pelas taxas de depreciação aplicáveis a cada grupo de ativo conforme a Nota Explicativa nº 9. Os encargos financeiros relativos aos contratos de arrendamento financeiro são apropriados ao resultado ao longo do prazo do contrato, com base no método do custo amortizado e da taxa de juros efetiva. *** Diferido** - O ativo diferido refere-se às despesas pré-operacionais e aos gastos de reestruturação da Companhia. Esses ativos são amortizados linearmente pelo período de 5 anos. A Companhia optou por manter o saldo do ativo diferido até a sua realização total por meio de amortização ou baixa contra o resultado. *** Redução ao valor recuperável** - Os ativos do imobilizado e diferido têm o seu valor recuperável testado anualmente, caso haja indicadores de perda de